

**CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DOS TRABALHADORES RURAIS
DE ALAGOA GRANDE E REGIÃO – PB (1962-1985)**

Rivaldo Amador de Sousa
Universidade Federal de Pernambuco
riamaso@yahoo.com.br

Introdução

Diferentes campos de estudo - sociologia, geografia, história, antropologia, educação – no Brasil tem explorado o tema sobre os mundos do trabalho, especialmente do mundo rural e oferecido diferentes análises que nos permite pensar relações de poder, conflitos, dominação e resistência, violência, gênero, tecnologias, instituições, direitos etc. Contudo, esses estudos que refletem as diversas experiências no mundo do trabalho sinalizam a necessidade de novas pesquisas que venham promover uma discussão mais profunda e análises mais complexas. Foi dessa necessidade que a nossa pesquisa surgiu durante a realização de pesquisa do projeto de requalificação do museu Jackson do Pandeiro e Casa Margarida Maria Alves em Alagoa Grande-PB. Situada na mesorregião do agreste paraibano e distando aproximadamente 103 quilômetros da capital do Estado, aquele município paraibano foi palco de vários conflitos rurais que marcaram a história da luta pela terra e da luta pela efetivação dos direitos trabalhistas. Durante o período de 1962 ao ano de 1985 a produção do açúcar apresentou um importante crescimento naquela região. Concomitantemente a esse desenvolvimento material também aumentaram a expropriação de terras, a expulsão de moradores e/ou lavradores e a exploração do trabalho rural que se realizavam por meio de diversas práticas de violência envolvendo os trabalhadores rurais e os senhores de terra. Essa situação foi evidenciada por nossa pesquisa na região de Alagoa Grande, onde se encontrava instalada uma usina de açúcar de propriedade do latifundiário e político paraibano Agnaldo Veloso Borges, hoje desativada. A proposta de nossa discussão é a de analisar de forma breve as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais do município de Alagoa Grande e região adjacente que desenvolvia atividades relacionadas às diversas etapas do cultivo da cultura da cana de açúcar. Procuramos dar ênfase às condições de moradia, alimentação,

vestimenta, higiene e relações de trabalho. Esta pesquisa, ainda em andamento, recorre a diversos tipos de fontes como Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, ofícios, jornais impressos, entrevistas, boletins de ocorrência, processos crimes, processos trabalhistas entre outros documentos que fazem emergir as vozes de diferentes atores sociais que denunciam as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, em especial aos homens e mulheres que ofereciam a sua força de trabalho na plantação, cultivo e corte da cana de açúcar de alguns senhores de terra naquela região.

O contexto econômico, político e social

Para pensar as condições de vida e de trabalho dos atores aqui em questão é necessário buscar elementos mais gerais que podemos considerar como mais abrangentes e não apenas locais, mas que se realizam numa dimensão muito maior em termos regionais e nacional. Assim, para pensarmos o cotidiano dos trabalhadores rurais, suas condições de vida e de trabalho também é importante identificar e conhecer os contextos em que essas experiências foram vivenciadas.

Nesse sentido é interessante lembrarmos que a Usina Tanques, fundada em 1926 fora vendida ao pilarense Agnaldo Veloso Borges em fins da década de 1950. Única usina de açúcar do município ela sofreu um processo de modernização em dois momentos, o primeiro em 1958 e o segundo no ano de 1966. Com a introdução do moderno maquinário industrial e a expansão dos campos de plantação da cana de açúcar houve um crescente demanda de mão de obra para a realização do cultivo de canaviais e a fabricação do açúcar.

Durante o período que se estende da década de 1960 a 1980 os dados apontam para um crescimento exorbitante da concentração fundiária. Para pensarmos em números no Nordeste, vale lembrar que o número de imóveis rurais nessa região durante o período de 1972 a 1978 sofreu algumas mudanças. De acordo com Andrade, o número de minifúndios baixou de 72,0%, em 1972, para 67,3% em 1978. Enquanto isso, o “Latifúndio de exploração”, que era de 24,0%, aumentou para 29,0%. No que concerne a área ocupada pelas diferentes categorias de imóveis, em 1972 o minifúndio ocupava

13% da área, enquanto em 1978 esse número baixou para 9%. O “Latifúndio por exploração” teve um aumento na sua área de 73%, em 1972, para 77,0% no ano de 1978 (2011, p. 65). De acordo com o IBGE, essa realidade não se apresenta diferente nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste paraibanas e nem tampouco no município de Alagoa Grande.

É bom lembrar que antes desse período a microrregião do Brejo, na qual está inserido o município de Alagoa Grande, foi grande produtor de algodão, café e agave. Economias estas que movimentaram o mercado regional e local, principalmente por meio a Great Western¹ que penetrou as regiões interioranas, chegando a este município no ano de 1901 (FREIRE, 1998, p. 74). É bom lembrar que foi por meio do trem de ferro que foram transportadas as máquinas daquela usina de açúcar, assim também como o açúcar nela produzido. Esses “elemento do progresso”, assim considerado por muitos, demorou pouco mais de meio século, sendo desativado no período dos governos militares, mais precisamente no ano de 1967 (FREIRE, 1998, p. 160).

Grande parte da classe política de Alagoa Grande e região era constituída das elites agrárias. Segundo Freire (1998), a maioria de prefeitos e vereadores tiveram as suas origens em famílias de proprietárias de terras. O clientelismo que foi muito forte na região do Agreste era um elemento constitutivo nas relações políticas e de poder naquele município. Essa prática refletia diretamente nas relações sociais, interferindo diretamente no cotidiano local. Trata-se de um fator que contribuía fortemente para a continuidade de uma sociedade de hierarquias e, conseqüentemente, para o crescimento da desigualdade social.

Essa crescente concentração de renda e desigualdade social não era imperceptível aos olhos da sociedade. Os trabalhadores rurais da região Agrestina não cruzaram os braços diante dessa realidade. Anterior a esse quadro apresentado por Andrade, na década de 1950 aqueles atores sociais formaram associações que ficaram conhecidas como Ligas Camponesas. As suas reuniões tinham um propósito, o de formarem politicamente a classe trabalhadora no sentido de engajarem numa luta contra a expropriação e exploração

¹ A Great Western of Brazil Railway, conhecida como a Gretoeste, foi uma ferrovia construída e explorada pelos ingleses no Brasil nos séculos XIX e XX.

no campo na busca pela efetivação dos direitos trabalhistas e o direito à terra. Com o crescente número dessas entidades os proprietários de terra sentiram a necessidade de também criarem uma organização que permitisse a luta pelos seus interesses. Em 1962 foi criada a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba com fins de discutir as pressões sofridas com as Ligas Camponesas e com o propósito de, ao se aglutinarem, formarem uma força mais forte contra os trabalhadores do campo e moradores que faziam parte daquele movimento (O NORTE, 1962).

As condições de trabalho

As experiências que tratam sobre as condições de trabalho nas áreas onde se desenvolvia a cultura canavieira são evidenciadas em diversas pesquisas na região Nordeste. Em seu estudo sobre os moradores de engenho na região do Agreste pernambucano a historiadora Christine Dabat (2012) apresenta várias experiências que revelam as condições precárias que viviam uma grande parcela desses agentes históricos. A violência patronal, e as relações que denotam exploração, opressão e humilhação para com o trabalhador do campo nessa região são encontrados em muitas fontes históricas utilizadas por essa pesquisadora. A arquitetura do modelo de produção *Platation* pernambucano constituiu um elemento essencial para se compreender como essas relações de poder se estabeleciam (FERREIRA FILHO, 2016).

Na Paraíba, a historiografia confirma em muitas evidências as situações de depreciação das vidas humanas dos braços que sustentavam esse modelo da indústria açucareira (RANGEL, 2000), além das lutas de resistências que se tem travado (NUNES, 2006; FERREIRA, 2010; PEREIRA, 2012) e a violência patronal e a concentração de poder da elite agrária (RODRIGUES, 2018). Esses estudos apontam que as experiências nos mundos do trabalho no território paraibano não é diferente daquelas que são relatados pelos trabalhadores em outros estados do Nordeste. Ainda mais, essas relações de exploração assemelham às experiências exploradas por vários intelectuais no continente americano, como é o exemplo dos estudos realizado pelo antropólogo Sidney Mintz em regiões da América Central (2003).

Desejosos de expandir a área de plantação da cana de açúcar grande parte dos proprietários recorriam as mais diversas práticas de violência para obrigar os moradores a abandonarem as suas casas. Uma dessas práticas era comum, a destruição dos sítios enquanto espaços onde os trabalhadores encontravam condições e possibilidades de desenvolver ali a agricultura de subsistência. Uma dessas evidências ocorre no Engenho Capivara, no município de Alagoa Grande. Os posseiros, em número de cinco membros de uma mesma família, cultivavam, nesse terreno, as lavouras de mandioca, milho, hortaliças e cana de açúcar. “No início do mês de junho de 1983 o sítio dos posseiros foi invadido por tratores...” da Usina Tanques, que destruíram as plantações dos moradores (MOREIRA, 1997, p. 422-423).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande recebia inúmeras denúncias de seus associados, sendo a maioria destas relacionadas ao tratamento que estes recebiam de seus patrões e que se configuravam como salários insignificantes, humilhações, exploração, expropriação, ameaças de despejos, violência física etc. Em reunião de outubro de 1963 os trabalhadores denunciaram ao sindicato que, ao concluir a lavoura, o proprietário, senhor Clovis, estava tomando os roçados de seus moradores (Livro de Atas 01, 27/10/1963). Em outro trecho dessa mesma Ata de reunião do STR é possível observar como os trabalhadores sentem-se inconformados com as situações que vivenciavam em seu cotidiano, deixando-se perceber as tensas relações destes com os proprietários de terra. De acordo com esse documento,

...Manoel Miguel reclama qui mora com o Sr. Espedito i da 3 dias de condução a 200,00 cruzeiro i o senhor Serjo na mesma propriedade da a mesma reclamação. João Marcelino Viera, fala qui da 3 dia de comudação a seu Patrão a 300,00 cruzeiro, morador em Brejinho[.] Maria Roza moradora em Ribeiro reclama = ganha 100,00 cruzeiro por dia e não dar para viver.

Severino Anrique (rasurado) Lima diz que [é] morador a 23 anos i o Patrão diz que (rasurado) pau i anranca pela raiz.

O Prezidente falou aos associados qui não si pode si esconder mais nada dos Patrões i como as sugestões avançou muito marcou outra Reunião em cenbleia para o dia 2 de novembro [1963] i pediu qui si entendese com os seus patrões para melhor si rezover a situação de todos.

i mandou que terminasse a ata em cembleia geral a ondi compareceram 100 associado (Livro de Atas 01, 27/10/1963)².

Nesse trecho da ata de Reunião de 27 de outubro de 1963 é possível observar ainda um certo distanciamento da diretoria do STR em se colocar a favor da luta dos trabalhadores. Na verdade, à época predominava o modelo de sindicalismo denominado pela historiografia como “Velho sindicalismo rural” (FERREIRA, 2010). Apesar de ser visível a violência praticada pelos proprietários de terra contra os seus moradores, uma vez que estes tiveram a coragem de publicamente denunciarem o sofrimento vivido, a instituição que respondia pelos direitos dos trabalhadores do campo não se serve de defensor e mediador da luta e/ou negociação. O representante pede que os moradores se entendam com os seus patrões. É possível que, dado o comportamento omissivo da diretoria, os associados que se sentiam prejudicados se encontrassem, diante daquele comportamento, numa situação de impotência.

Não bastava as condições difíceis em que viviam os trabalhadores rurais e moradores que dependiam das terras de seus patrões, também teriam que sofrer a opressão, a humilhação, e ter que viver com a instabilidade constante de que a qualquer momento poderiam ficar sem terra para trabalhar e sem casa para morar.

O fato é que as condições de trabalho eram degradantes. As diversas famílias que viviam no sistema de moradia sempre trabalhavam cinco ou seis dias semanais, mas eram, geralmente, remunerados apenas por quatro dias. Um desses dias de trabalho correspondia a sua permanência nas terras enquanto morador. Na verdade, tratava-se de um contrato de moradia como uma espécie de tradição já implícito nessas relações de trabalho. Essas relações foram desmontadas com a expansão da cana de açúcar e/ou quando as terras passavam a ter um novo proprietário. Essa quebra de contrato em que o novo proprietário ou arrendatário impunha certos empecilhos à vida do morador na propriedade com o objetivo de, indiretamente, expulsá-lo das suas terras. A questão se encaminhava, quase sempre, para uma luta de enfrentamento com violentos conflitos e, muitas vezes, ameaças de morte que tendiam a aumentar as tensões.

² Optamos por transcrever literalmente os trechos da Ata de reunião do dia 27 de outubro de 1963 por considerar importante ao leitor essa informação.

Este fato pode ser evidenciado pelo relato das famílias de Engenho do Meio, uma área de 150 hectares a 0,3 km de Alagoa Grande. Ali viviam até 1983 cerca de 82 famílias na condição de moradores há cerca de trinta anos. A terra, que era de propriedade da senhora Maria Benevides Maroja de Castro, foi arrendada à Usina Tanques em 1983 por cerca de sete anos. Contudo, dois anos depois da Usina arrendar as terras apenas 35 famílias continuavam morando nessa área. E então, por que no espaço de 2 anos 47 famílias abandonaram as suas moradias nessas terras? Também é bom lembrar que durante esse “mesmo período, o trabalhador Carlos Fernandes Ribeiro foi ameaçado de morte” (MOREIRA, 1997, p. 425-426).

Enquanto viviam com a posse da antiga proprietária, a sra. Maria Benevides, esses moradores viviam sob o regime de cambão (trabalhavam um dia por semana sem se remunerados). No entanto, com o arrendamento feito pela Usina Tanques, os trabalhadores tornaram-se diaristas, ou seja trabalhavam os cinco dias da semana, mas o pagamento referente ao quinto dia era suprimido. Fica visível aqui a prática de exploração da mão de obra da classe trabalhadora do campo, tão comum àquela região.

Essas famílias, que exploravam a agricultura de subsistência com as lavouras de milho, mandioca, batata doce, também plantavam árvores frutíferas de onde, geralmente, a colheita era comercializada nas feiras semanais da cidade. Com o arrendamento pelo gerente da Usina Tanques, o sr. José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque, as plantações foram reduzidas para atender a expansão das plantações da cana de açúcar. Dessa maneira os moradores ficaram também proibidos de plantarem árvores frutíferas.

Essa experiência não se deu de forma isolada. As evidências demonstram que situações semelhantes ocorreram, ainda no início da década de 1980, em diversas áreas como na Fazenda Vertentes, Engenho Ribeiro de Cima, Fazenda Sapé/Caiana, Engenho Baixinha, Engenho Mares, Fazenda Avenca, Fazenda Verde, Sítio Jacu ou Tamanduá, Fazenda Pitombeira, Fazenda Quitéria (MOREIRA, 1997, p. 419-457).

O senhor Francisco Nascimento, que trabalhou grande parte de sua vida no corte de cana e morava em terras do Engenho do senhor Lino Miranda, cultivava uma lavoura de subsistência com plantações de milho, feijão, mandioca, batata doce, e bananeiras. Ao

ser proibido de continuar com as plantações de agricultura de subsistência ele recorreu ao sindicato e passou a viver sob constantes ameaças. E quando a sua denúncia tornou-se mais um processo trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande, as ameaças aumentaram assustadoramente.

Aí quando ele recebeu a minha reclamação. Oxente! Os filhos [dele] me ameaçaram... os filhos dele me ameaçaram. Eu ía chegando com uma carga de mandioca na casa de farinha, eles deram no meu animal e tudo mais, empataram de eu não fazer mais farinha lá. Aí, tá certo, eu tirei a mandioca, aí fui fazer noutra casa de farinha. (...) [Então], não deram mais serviço a gente, nem a eu nem a Edmilson [companheiro de trabalho]. Aí, com um tempo eu fui trabalhar em Santa Maria [Engenho Santa Maria]. (...) Eu sei que depois ele derrubou os pés de laranja, derrubou tudo (NASCIMENTO, 2014).

Além das péssimas condições de trabalho, salários irrisórios e sem casa para morar os moradores e trabalhadores assalariados buscaram outras alternativas que lhes oferecessem sobrevivência. “A gente botava roçado para interar [o dinheiro da feira]. Porque tinha semana que a gente arrumava o dinheiro da feira, e tinha semana que não arrumava. (...) Só faltava morrer de trabalhar” (NASCIMENTO, 2014). Essa realidade levou muitos trabalhadores a abandonarem esse espaço de exploração e inventarem formas diversas de resistir. Uma dessas formas de resistência era a fuga à busca por lugares que oferecessem melhores condições de vida e de trabalho. Muitos desses agentes históricos migravam para as grandes metrópoles do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo.

A senhora Carmelita Alves, que nasceu e viveu toda a sua vida em Alagoa Grande como agricultora e feirante lembra que, nas décadas de 1960 e 1970, o seu esposo e todos os seus filhos migraram para o sudeste, fugindo das precárias condições de trabalho e do que ela define como “salário miserável” que recebiam com a venda de sua força de trabalho no cultivo e corte da cana.

Ave Maria! Trabalhava de morrer! Tudo [os filhos] achava ruim. Eu tinha um filho que carregava cana nos burros para o engenho, cortava cana, limpava mato, tudo tinha época [...]. Ele disse: ‘eu vou m’embora que se minha alma tiver vergonha eu não passo nunca mais na Paraíba!’ Não é que [...] não veio mesmo! E os irmãos que trabalhavam nessa vida [na cultura canavieira] foram embora (ALVES, 2013).

Como podemos observar, as lembranças da nossa colaboradora apontam para uma espécie de fuga dos seus filhos e esposo na busca por melhores condições de vida e de trabalho, revelando uma denúncia de que aqueles personagens poderiam estar vivendo uma condição de trabalho exploratória e/ou condições de vida precárias.

As condições de vida dos trabalhadores rurais

Pensar as condições de vida dos trabalhadores do campo no município de Alagoa Grande e região envolve várias temáticas que podem aqui serem abordadas de maneira genérica. Entre essas podemos lembrar brevemente a moradia, a alimentação, o cuidado com a saúde, a sua indumentária, o cotidiano etc.

Assim, podemos observar um conjunto de elementos e atividades culturais e sociais praticadas pela população local e da região, constituindo-se também como elementos indenitários daquele espaço. Ao serem identificados, esses podem servir de termômetro para analisarmos as condições de vida dos principais atores sociais aqui envolvidos.

A partir da década de 1960, com a expansão da cultura canavieira, grande parte da população rural, moradores de engenho, migraram para as áreas suburbanas da cidade de Alagoa Grande, formando um espécie de cinturão. A habitação do morro do cruzeiro teve seu início na década de 1950 e com a inauguração de um símbolo religioso (cruzeiro) construído pelo poder público e inaugurado em 31 de dezembro de 1962, no governo do prefeito de Telésforo Onofre, a migração do campo passou a ocupar a área do morro de maneira crescentemente vertiginosa (FRANÇA, 2012, p. 25). Como descreve Freire, o fato é que com a modernização da Usina Tanques a “a mão-de-obra anual que absorvia mãos e braços de centenas de trabalhadores, passou a ser temporária, em torno de cinco meses, processada por pessoas moradoras da periferia da cidade, na maioria ex-moradores dos engenhos” (1998, p. 103).

Utilizando-se de fontes diversas como processos do INCRA, ofícios da Fetag e Contag ao Ministério da Reforma Agrária, jornais e entrevista com camponeses e moradores a geógrafa Emília Moreira (1997) apresenta diversas informações sobre a luta

dos trabalhadores rurais para uma reforma agrária. A autora analisa documentos que denunciam conflitos de terra em todo o Estado da Paraíba, em um trabalho que se encontra organizado por municípios. Nessa pesquisa são demonstrados diversas informações como as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, a luta pela terra, a resistência, a violência patronal, a exploração e expropriação, a opressão e humilhação sofrida pelos trabalhadores rurais em suas vivências enquanto moradores e/ou posseiros. E nesses quadros que são demonstrados pela autora emerge as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais da zona açucareira.

Em sua obra organizada em dois volumes, os relatos que apontam as condições precárias das habitações são diversos. Um desses relatos lembram essas condições em um engenho no município de Alagoa Grande. De acordo com Moreira, na comunidade de Engenho do Meio, “os agricultores habitavam em casas de taipa, sem reboco, cobertas com telhas, de chão batido, em péssimo estado de conservação” (1997, p. 426). Em outras áreas das terras alagoa-grandense não era diferente.

Como vimos acima os casebres que habitavam muitos trabalhadores não tinham um espaço adequado para as condições mínimas de vidas desses personagens da cana de açúcar. Muitos destes viviam ainda sob o regime da morada (DABAT, 2012). Parte dessas habitações eram instaladas dentro de um sítio de plantações frutíferas e onde os moradores desenvolviam sua agricultura de subsistência. Ali eram constituídos plantações de mandioca, batata doce, inhame, plantações de banana.

Na área suburbana desse município, principalmente no Alto do Cruzeiro, e para onde migrou parte da gente pobre expulsa das terras onde trabalhavam e moravam, os registros fotográficos de Alberto Nasiasene (2012) no ano de 1979 revelam um número muito grande de casas de Taipas habitadas pela gente pobre. De acordo com pesquisas, as casas do bairro do Alto do Cruzeiro, ou Morro do Cruzeiro, começaram a ser construídas durante a década de 1950, período em que se iniciou a migração do campo para a cidade (FRANÇA, p. 26). Essas residências eram ocupadas, em sua grande maioria, por trabalhadores rurais que vendiam sua força de trabalho aos engenhos e à Usina Tanques.

Tais questões não parecem ser nada raro no cotidiano desses personagens do campo. De acordo com as denúncias à direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, registradas em Atas de reunião ordinária, são várias as situações em que se tornam visíveis as condições precárias de moradias dos trabalhadores. Em um desses exemplos, ainda no ano de 1963, um conflito entre o patrão e o morador se estabelece porque aquele não aceita que o morador cubra a sua casa de palha (Livro de Ata 01, 30/11/1963).

Essas experiências não se encontravam isoladas naquele município, mas eram comuns às regiões onde predominava o grande latifúndio. A título de exemplo, na fazenda Camucim, no município de Pitimbu, em 1978, “as casas dos moradores eram construídas por cada família. Utilizavam na sua construção a madeira retirada da mata, o barro encontrado na área e as folhas dos coqueiros. O piso era de terra batida e não possuíam energia elétrica nem água” (MOREIRA, 1997, p. 121).

Também a alimentação é um problema que denuncia as condições precárias de vida dos trabalhadores rurais na região. Na década de 1960 as denúncias sobre a “miséria” em que vivia a gente pobre na região Nordeste as tornou visível para o mundo ao colocar a concentração de riquezas, de terras, nas mãos de poucos como um dos principais fatores responsáveis por aquela realidade. Intelectuais, artistas, entidades e organização, parte da mídia passaram a divulgar tal situação. O geógrafo Josué de Castro (2005), por exemplo, denunciou a realidade em que vivia a gente pobre no Brasil. Em seu trabalho mais conhecido, *Geografia da Fome*, o autor aponta vários problemas que afligiam as populações mais pobres da região Nordeste. Essas leituras daquela realidade vislumbram fracamente uma profunda desigualdade social do país. Para Castro, um dos principais problemas que deveria ser enfrentado era a desnutrição causada pela fome que milhões de brasileiros sofriam.

Nascido no município de Alagoa Grande em 1966, José Wamberto lembra algumas de suas experiências vividas durante a sua infância e juventude, principalmente os dias de feiras na cidade. Em entrevista ao autor, ao narrar as lutas e conquistas do Sindicato Rural do município de Alagoa Grande-PB, ele descreve as condições de vida

as quais estavam submetida grande parte da população pobre no início da década de 1970.

De acordo com Wamberto,

Nos anos 70 [1970], ah meu amigo! Morria tudo como indigente. Via uma onda de miseráveis, uma onda de miseráveis morrendo assim à míngua, miséria. Pessoas idosas, tudo na porta do mercado varrendo aquelas farinhas velhas caída do saco. Era tudo para morrer. Toda essa necessidade, todinha. Era tudo para morrer... É difícil, né? O Estado não abria mão de nada para o pobre... É difícil. Então, eles não queriam porque quem estava governando, a elite nunca pensou no povo (SILVA, 2014).

Um dos grandes responsáveis por essa situação de desigualdade social tão díspares tem sido apontado por essas denúncias, às quais diversas pesquisas nas áreas de ciências sociais e humanas já tinham estudados algumas situações no campo político e social, como sendo a concentração de riquezas nas mãos de poucos. No mundo rural a situação era de uma enorme concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, situação que demandava do governo uma resolução e que foram proposta meios radicais para resolvê-la, como a tão decantada reforma agrária (JULIÃO, 2013; FERREIRA, 2008).

Não podemos negar que para a gente pobre na mesorregião do Agreste paraibano e, principalmente, em Alagoa Grande as condições de vida eram verdadeiramente precárias. De acordo com algumas falas que lembram o período que retrata as décadas de 1950 a 1980, a situação era verdadeiramente calamitosa. Segundo lembra um assentado do Engenho Mares em 1995: “A fome e a miséria já não faz mais parte de nossa vida. Embora a gente saiba que muito tem ainda de ser melhorado, não tem comparação o que a gente tem e como a gente vive hoje com o que nós foi e viveu ontem” (MOREIRA, 1997, p. 448).

Em denúncia à imprensa do Estado em 1981, a presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, afirmava que, no Engenho Mares, “algumas famílias não sabem nem o que dar de comer aos seus filhos mais novos, pois não tem nada” (O NORTE, 1981, p. 05).

A senhora Maria de Fátima viveu uma infância de muita violência e desde criança começou a trabalhar. “eu tinha que trabalhar, cortar cana, ajudar encher o burro para

botar... no devio³, entendeu?”. E ao falar das dificuldades que enfrentou lembra que a alimentação “era banana verde cozida”. Era difícil para a sua mãe criar os filhos sozinha.

Ela dizia assim: ‘eu não tenho o que botar no fogo para vocês comer não’. Eu vou tirar o capim para os bichos. Aí, ela saía para tirar capim. Saía ela com minhas duas irmãs mais velhas, né? Eu ficava em casa mais meu outro irmão, (...) ela passava pelos pés de banana, entendeu? (...) [Pois], na margem do rio [Mamanguape] tem muito pé de banana que, realmente, era do dono mesmo [do proprietário de terras], que quem quisesse podia usar. Então, (...) tirava o capim e trazia o cacho de banana. Ai, ela cortava, a banana verde não é banana madura não. (...) Ela botava no fogo e a alimentação da gente era aquilo ali. Entendes? (...) Era gostoso! (...)O meu ela sempre descascou e dividia e uma pitadinha de sal. Eu achava que o sal era pouco, ainda ia buscar mais sal (ARAÚJO, 2014).

Esses “tempos difíceis” para a família de Dona Fátima também são lembrados por outras memórias. Se “alimentar-se bem era para poucos”, essa condição ausente na grande parte da classe trabalhadora do campo refletia diretamente nas condições de saúde da população.

Considerações finais

Apesar de apresentarmos apenas alguns apontamentos que revelam as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais de um pequeno município do Estado da Paraíba durante o período de 1962 a 1985 não é difícil compreender que as dificuldades impostas à população pobre, despossuída de bens e de direitos, eram diversas e degradantes.

Ser trabalhador rural sem terras durante o período do regime militar no Brasil, em que discordar do patrão era ser um sujeito “subversivo”, era preciso muita coragem para enfrentar um Estado autoritário constituído, em grande parte, de setores representados pelas elites agrárias era, verdadeiramente, um grande desafio. Contudo, aquela gente já carregava consigo uma herança deixada pelas sociedades colonial e imperial. Viver em habitações insalubres, enfrentar a fome, a exploração e humilhação cotidianamente, a

³ Em um ponto estratégico onde o carro recolhia e levava para a usina.

violência no campo e ter que conviver com medo da morte, assim, para essa gente, não seria impossível quebrar o contrato e lutar por dias melhores.

Portanto, compreendemos que aquelas dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores rurais não impediram esses mesmos agentes históricos de resistir à exploração e à expropriação, de reivindicar direitos que lhe eram negados. A luta pelo direito à terra e por melhores condições de trabalho – e que culminaram em muitas conquistas - refletiram diretamente em melhores condições de vida.

Referências:

Fontes:

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande, 18 Jul. 2014.

ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande, 19 Dez 2013.

Livro de Atas 01 (1962-1967). **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e Juarez Távora**. Alagoa Grande-PB.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. v. 1 e 2.

NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande, 10 Jul. 2014.

NASIASENE, Alberto Eugênio de Medeiros. **A Geografia da exclusão no Flamboyant, em Campinas, face à Geografia da Cana na Obra de José Lins do Rego**. Disponível em: <http://www.semeandohistoria.com/2012/01/geografia-da-cana-na-obra-de-jose-lins.html>

Acesso em: 05 de agosto de 2019

SILVA, José Wamberto do Nascimento. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande, 10 de janeiro de 2014.

A criação da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba. **O Norte**. 27 abr. 1962.

Mares, novo problema. In: **Jornal O Norte**. João Pessoa. 08 out. 1981. p. 5

Bibliografia:

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 334 p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A Ação Pastoral da Igreja Católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

FRANÇA, Wylame Walkiria Nóbrega de. **Processo de Urbanização do morro do Cruzeiro no município de Alagoa Grande/PB**. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia). Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves**: entre o velho e o novo sindicalismo rural. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010. 145 p

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016. 369 p.

FERREIRA, Jorge. O governo de Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 343-404

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: sua história – 1625 a 2000. 2 ed. João Pessoa: Editora União, 2002.

JULIÃO, Francisco. **Cabão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013.

MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Tradução e organização Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o capá verde e a redenção**: a cultura do trabalho com o agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba). Tese (doutorado em História). Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2006. 291 p.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação:** ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte, esperança da vida:** a história das Ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação (mestrado em História). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000. 372 p.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que brota Margaridas e encerra vidas:** judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano. Tese (Doutorado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018.